serviços de Gestão de Recursos Humanos, no uso de competências delegadas:

	Valores
1.º Rui Dinis Correia Bento Breu	16,12
2.º Jorge Manuel Trindade Rebola	15,53

Nos termos do n.º 35 do mesmo diploma, da homologação cabe recurso hierárquico para a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde a interpor no prazo de 10 dias úteis e que deverá ser entregue, preferencialmente, no Serviço de Gestão de Recursos Humanos do CHL instalado no Hospital de São José ou remetido por correio para a Rua de José António Serrano, 1150-199 Lisboa.

30 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Inácio Oliveira*.

Aviso n.º 348/2006 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 34 da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, torna-se pública a lista de classificação final do concurso interno geral de provimento para dois lugares na categoria de assistente de otorrinolaringologia, da carreira médica hospitalar, do quadro transitório do Hospital de São José, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 14 de Abril de 2005, devidamente homologada por despacho de 30 de Dezembro de 2005 do director de serviços de Gestão de Recursos Humanos, no uso de competências delegadas:

	Valores
1.º Sara Isabel Ribeiro Viana Baptista Amaral	18,20
2.º Flávio Manuel Reinas da Silva e Sá	16
3.º Susana Jorge da Silva Correia	15,81
4.º Anabela Marques Palma Matos dos Santos	13,74

Nos termos do n.º 35 do mesmo diploma da homologação cabe recurso hierárquico para a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde a interpor no prazo de 10 dias úteis e que deverá ser entregue, preferencialmente, no Serviço de Gestão de Recursos Humanos do CHL instalado no Hospital de São José ou remetido por correio para a Rua de José António Serrano, 1150-199 Lisboa.

30 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Inácio Oliveira*.

Centro Hospitalar de Torres Vedras

Aviso n.º 349/2006 (2.ª série). — Nos termos da alínea *a*) do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, torna-se público que os candidatos Vasco Fernando Teixeira Lobo Coimbra das Neves, Maria Luísa de Morais Machado, Isabel Alexandra Ribeiro Caetano Marques Carreiro, Ana Resende de Oliveira Barbosa Leão, Ana Marta Hasse Azinhais Costa, Maria João Claré Fânica Roque, Maria Alexandra Raposo de Calado Néca, Sandra Filipa Pereira Lopes Martins, Cristina do Rosário Lago Rodrigues Baeta, Sara de Jesus Ferreira da Silva Alexandre, Ana Sofia Cunha Cardoso, Catarina Maria Vicente de Oliveira Coelho e Patrocínia Maria Gil Cristóvão, classificados em 1.º, 2.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º e 14.º lugares, respectivamente, no concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de assistente de farmácia da carreira de técnico superior de saúde, aberto pelo aviso n.º 6897/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142, de 23 de Junho de 2003, desistiram dos lugares a que tinham direito, pelo que foram retirados da lista de classificação final.

27 de Dezembro de 2005. — O Vogal Executivo, *José António Ferrão*.

Aviso n.º 350/2006 (2.ª série). — Nos termos da alínea *b*) do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, torna-se público que a candidata Elza Conceição Roque Antunes, classificada em 3.º lugar no concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de assistente de farmácia da carreira de técnico superior de saúde, aberto pelo aviso n.º 6897/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142, de 23 de Junho de 2003, desistiu do lugar a que tinha direito, pelo que foi retirada da lista de classificação final.

27 de Dezembro de 2005. — O Vogal Executivo, *José António Ferrão*.

Hospitais da Universidade de Coimbra

Aviso n.º 351/2006 (2.ª série). — Concurso n.º 200 441, chefe de serviço de neuropatologia — lista de classificação. — Para conhecimento dos interessados, publica-se a seguinte lista de classificação final dos candidatos ao concurso em epígrafe, após homologação pelo conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra

em 21 de Dezembro de 2005 e informação de existência de cabimento orçamental pela DGO:

Única candidata:

Dr.ª Maria Olinda Rodrigues Rebelo — 18,9 valores.

O prazo de 10 dias úteis para interposição de eventuais recursos conta a partir da data da publicação desta lista no *Diário da República*, devendo os mesmos ser entregues no Serviço de Pessoal dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

2 de Janeiro de 2006. — Pela Directora do Serviço de Pessoal, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso n.º 352/2006 (2.ª série). — Lista de classificação do concurso n.º 200 439 — assistente de neonatologia (concurso interno de ingresso). — Para conhecimento dos interessados, publica-se a seguinte lista de classificação final do concurso em epígrafe, após homologação pelo conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra em 21 de Dezembro de 2005:

	Valores
1.º Dr. Joaquim António Maia Tiago	17,2
2.º Dr.ª Maria Cristina da Rocha Resende Bernardo	17

O prazo de 10 dias úteis para interposição de eventuais recursos conta a partir da data da publicação desta lista no *Diário da República*, devendo os mesmos ser entregues ou enviados para o serviço de pessoal dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

2 de Janeiro de 2006. — Pela Directora do Serviço de Pessoal, (*Assinatura ilegível.*)

Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede

Aviso n.º 353/2006 (2.ª série). — Concurso interno geral de ingresso para assistente administrativo. — 1 — Por despacho do conselho de administração do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede de 8 de Junho de 2005, no uso de competência delegada, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de ingresso para o provimento de dois lugares de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 425/97, de 30 de Junho.

2 — Promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres — em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação (despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de Março).

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para as vagas acima indicadas.

4 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional do assistente administrativo é o genericamente caracterizado no mapa i anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, para o pessoal administ.º.

5 — Local de trabalho — no Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede, Rua do Padre Américo, 3061-909 Cantanhede.

6 — Remunerações — aos lugares a prover correspondem os índices constantes do anexo i do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 420/91, de 29 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, e pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, para a referida categoria.

7 — Condições de trabalho — as condições de trabalho e as regalias sociais são as actualmente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

8 — Requisitos de admissão:

8.1 — Requisitos gerais — os estabelecidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8.2 — Requisitos especiais:

- Ser funcionário ou agente nos termos do n.º 1 ou do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Possuir como habilitações literárias o 11.º ano de escolaridade ou equivalente legal devidamente certificado pelo Ministério da Educação, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

9 — Os métodos de selecção a utilizar serão:

- Prova de conhecimentos gerais, classificada de 0 a 20 valores;
- Prova de conhecimentos específicos, classificada de 0 a 20 valores;

- c) Avaliação curricular, classificada de 0 a 20 valores;
d) Entrevista profissional de selecção, pontuada de 0 a 20 valores.

9.1 — As provas de conhecimentos gerais e específicos são eliminatórias, considerando-se não aprovados os candidatos que em cada uma delas obtenham classificação inferior a 9,5 valores, sendo permitida a consulta da legislação indicada em anexo ao presente aviso.

9.2 — Os critérios de apreciação e ponderação a utilizar na aplicação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

9.3 — A prova de conhecimentos gerais será escrita, de natureza teórica, com a duração de uma hora, efectuada de acordo com o programa referenciado do despacho n.º 13 381/99, de 1 de Julho, do director-geral da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999, visando avaliar o conhecimento ao nível das habilitações exigidas, fazendo apelo aos conhecimentos adquiridos no âmbito escolar, designadamente nas áreas de português e de matemática, e na vivência do cidadão comum.

9.4 — A prova de conhecimentos específicos será escrita, de natureza teórica, com a duração de uma hora, e será efectuada de acordo com o estipulado no despacho do Secretário de Estado da Administração Pública de 13 de Janeiro de 1997, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 62, de 14 de Março de 1997, versando sobre a legislação em anexo.

9.5 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos face ao disposto no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — Apresentação de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede, Rua do Padre Américo, 3061-909 Cantanhede, podendo ser entregue pessoalmente na Secção de Pessoal durante as horas normais de expediente (das 9 horas às 16 horas e 30 minutos) ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, do qual deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento e número e data e validade do bilhete de identidade, bem como o serviço que o emitiu), residência, código postal e telefone;
- Categoria detida e organismo a que tem vínculo;
- Habilitações literárias e profissionais;
- Identificação do concurso a que se candidata, mediante referência ao número e à data do *Diário da República* em que o presente aviso vem publicado;
- Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever especificar para a apreciação do seu mérito;
- Menção dos documentos que acompanham o requerimento.

10.1 — Os requerimentos deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- Documento comprovativo das habilitações literárias e ou profissionais;
- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais para provimento previstos no n.º 8.1 do presente aviso, ou certidão emitida pelos serviços a que se encontrem vinculados, ou declaração, sob compromisso de honra, no próprio requerimento;
- Documento emitido pelo organismo a que se encontram vinculados donde constem, de forma inequívoca, a categoria, o vínculo e a respectiva data;
- Três exemplares do currículo profissional detalhado, devidamente actualizado, assinado e datado, do qual deverão constar, de forma expressa e inequívoca, a experiência profissional geral e específica do candidato e a formação profissional.

10.2 — O júri pode exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações, sendo punidas nos termos da lei as falsas declarações.

11 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Anabela Freire Tomé, assistente administrativa.
Vogais efectivos:

Maria da Graça Pereira da Silva Zagalo, assistente administrativa principal.
Marta Sofia Monteiro Branco, assistente administrativa.

Vogais suplentes:

Maria Regina da Silva Estarreja, assistente administrativa principal.
Rosa Maria Jorge Valente, assistente administrativa.

Todos os elementos do júri pertencem ao quadro de pessoal do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

28 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *Jorge Manuel Pereira Martins*.

ANEXO I

Em cumprimento do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, indica-se a legislação a consultar:

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;
Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/93, de 17 de Março;
Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro;
Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 10/93, de 15 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 257/2001, de 22 de Setembro;
Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março;
Decreto-Lei n.º 223/2004, de 3 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro;
Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto;
Lei n.º 25/96, de 31 de Julho;
Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;
Decreto-Lei n.º 70/2000, de 4 de Maio;
Decreto-Lei n.º 77/2005, de 13 de Abril;
Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro;
Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto;
Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de Agosto;
Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto;
Portaria n.º 247/2000, de 8 de Maio;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;
Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros

Aviso n.º 354/2006 (2.ª série). — Concurso interno geral de ingresso para o provimento de três lugares de assistente administrativo. — 1 — Nos termos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, torna-se público que, por despacho do conselho de administração do Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros de 10 de Março de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da publicação deste aviso, concurso interno geral de ingresso para o provimento de três lugares de assistente administrativo do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 907/95, de 18 de Julho, e alterado pela Portaria n.º 509/2003, de 30 de Julho.

2 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — O concurso é válido para o preenchimento dos lugares enunciados neste aviso, esgotando-se com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — executar, a partir de orientações e instruções, todo o processamento administrativo relativo a uma ou mais áreas de actividade funcional de índole administrativa, nomeadamente pessoal, contabilidade, expediente, arquivo, aquisições, património e admissão de doentes.

5 — Local de trabalho — no Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros.

6 — Vencimento e condições de trabalho — o vencimento corresponde aos índices fixados de acordo com o anexo do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e as condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para a Administração Pública.